



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Licenciatura em História

Elves Manuel Macamo

A POLÍTICA DE NÃO ALINHAMENTO: NO CASO DE MOÇAMBIQUE
(1975-1990)

Maputo, Março, 2025

Elves Manuel Macamo

A POLÍTICA DE NÃO ALINHAMENTO: NO CASO DE MOÇAMBIQUE
(1975-1990)

Trabalho apresentado em cumprimento dos
requisitos exigidos para a obtenção do grau de
Licenciatura em História pela Universidade
Eduardo Mondlane

Supervisores: Doutor Paulo Lopes José
Mestre José Cláudio Mandlate

Maputo, Março, 2025

O Júri

Paulo Lopes José, PhD

José Cláudio Mandlate, MA

Data

___ / ___ / ___

ÍNDICE

EPÍGRAFE.....	1
DECLARAÇÃO DE HONRA	2
DEDICATÓRIA	3
AGRADECIMENTOS.....	4
LISTA DE ABREVIATURAS.....	6
RESUMO	7
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	8
1.1. Contextualização	8
1.2. Problemática.....	9
1.3. Pergunta de partida	12
1.4. Definição de Objectivos.....	12
1.5. Justificativa	12
1.6. Revisão da Literatura.....	13
1.7. Metodologia	15
1.8. Limitações da pesquisa	16
1.9. Argumento central da pesquisa	16
CAPÍTULO 2: O NÃO ALINHAMENTO E O CONTEXTO DA GUERRA FRIA	17
2.1. Conceitos-Chave:.....	17
2.2. A Guerra Fria, Bipolarização do Mundo e o Movimento Não Alinhado	21
2.3. O Surgimento e a Evolução do Movimento de Não Alinhamento em África.....	22
CAPÍTULO 3: A POLÍTICA DE NÃO ALINHAMENTO DE MOÇAMBIQUE (1975-1990)	24
3.1. Razões para a Adopção do Não Alinhamento.....	24
3.2 Implementação da Política na Prática: Relações Bilaterais e Multilaterais	25
3.3 Contradições e Desafios Internos.....	27
3.4 A Guerra Civil e Suas Implicações para a Política Externa.....	29
CAPÍTULO 4: A DIPLOMACIA MOÇAMBICANA E A BUSCA POR AUTONOMIA	32
4.1 Diplomacia Moçambicana durante a Guerra Fria	32
4.2 A Busca por uma Diplomacia Equilibrada: Sucessos e Fracassos.....	33
4.3 A Influência dos Blocos Hegemônicos e a Dependência Externa.....	35
4.4 A Questão da Soberania e da Independência Nacional	36
CAPÍTULO 5: IMPACTOS DA POLÍTICA DE NÃO ALINHAMENTO	38
5.1. Impactos na economia moçambicana.....	38
5.3. Impactos na geopolítica regional	39

5.4. Legados da Política de Não Alinhamento para a Política Externa Contemporânea	41
CAPÍTULO 6: CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

EPÍGRAFE:

“Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento.” (NKRUMAH, 1957, p. 164)

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Elves Manuel Macamo declaro por minha honra que a presente dissertação nunca foi apresentada na sua essência para obtenção de qualquer grau académico ou num outro âmbito, e que ela constitui resultado do meu empenho individual e as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto e na bibliografia.

O Licenciando

A handwritten signature in black ink, reading "Elves Manuel Macamo", is positioned above a horizontal line.

(Elves Manuel Macamo)

Maputo, Novembro, 2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso, que representa não apenas um marco acadêmico, mas também uma jornada de vida, em primeiro lugar à memória da minha amada avó, **Maria José Chaindlane Macamo**. Em um mundo que se desenha entre sombras e luz, Maria, a matriarca e guia, assumiu com bravura papéis que transcendem a vida cotidiana. Com amor incondicional, moldou a harmonia familiar, sendo pai, mãe e avó – uma tríplice face de amor e sabedoria. Em sua ausência, sua luz nunca se apaga; ela permanece como uma fonte de inspiração que jamais se desfaz. Ecoa em cada passo meu a força que embala minha trajetória. Lembro-me da última vez que a vi, quando parti para Maputo em busca de novos conhecimentos. Lamentavelmente, as circunstâncias da vida não me permitiram oferecer-lhe o último adeus. No entanto, sei que estarei sempre com ela, onde quer que esteja.

Em segundo lugar, dedico esta obra à minha avó materna, **Helena Carlos Macuácuá Siteo**, a arquiteta de meus sonhos e a guardiã de minha alma. Sua presença serena é um bálsamo que cura as feridas mais profundas. Em seus olhos, encontro a sabedoria ancestral e a força da natureza. A senhora é a raiz que me ancora à vida e o céu que me inspira a voar sempre mais alto.

Por fim, **a mim mesmo**, com reverência e gratidão. Este trabalho é um canto à perseverança, um hino à fé inabalável. A cada passo, um desafio superado, a cada desafio, uma vitória conquistada. Com este feito, abraço meus sonhos e os transformo em realidade, provando a mim mesmo que sou capaz de alcançar qualquer objectivo. Celebro este instante, um marco na travessia da vida, um tributo à força indomável que habita em meu ser.

AGRADECIMENTOS

É como tentar tecer uma tapeçaria com fios de tantas cores e texturas. Cada ponto, cada traço, cada nuance neste trabalho é fruto de uma contribuição única e preciosa. Ao tentar agradecer a cada fio desta rica trama, corro o risco de omitir alguns, mas a gratidão que sinto por todos é imensa.

Os agradecimentos vão, em primeiro lugar, ao **Altíssimo**, que com Sua mão protetora, guiou meus passos por este labirinto acadêmico, iluminando cada etapa.

Aos **Ancestrais** que, em terras distantes e tempos sombrios, plantaram as sementes da minha liberdade, minha eterna gratidão. Sua força ancestral corre em minhas veias, impulsionando-me a seguir em frente. Sou uma onda do mar da ancestralidade, impulsionada pela força de um oceano de resistência. Aos que me precederam, que enfrentaram tempestades e navegaram por águas turbulentas, agradeço.

Em uma sinfonia **familiar**, vocês foram os meus primeiros maestros. **Meus pais, irmãos tios e primos**, com suas melodias únicas, moldaram a minha alma. Estes versos são uma nota de gratidão nessa grande composição da vida.

À **Universidade Eduardo Mondlane**, farol de saber em nossa terra, os meus agradecimentos são extensivos a todo o corpo docente do **Departamento De História**, meu jardim de descobertas, mas muito especialmente a duas figuras queridas, nomeadamente o **Doutor Paulo Lopes José** e o **Mestre José Cláudio Mandlante**, meus guias nesta jornada intelectual, ambos pelo encorajamento e valiosos ensinamentos transmitidos.

Ao **Prof. Doutor Marlino Mubai**, arquitecto de mentes e construtor de sonhos. Seus ensinamentos, como tijolos de conhecimento, solidificaram a base da minha formação. Sua paixão pela história me inspirou a buscar sempre mais.

Neste jardim da sabedoria, cultivado com esmero na Universidade Eduardo Mondlane, a Biblioteca, com seu tesouro de saberes, floresce sob a luz da amizade. Agradeço, com a mais profunda gratidão, ao meu amigo **Américo Salvador Novela**, cuja afeição e solidariedade são como um bálsamo para a alma.

E como uma planta que se nutre da terra e do sol, eu também floresci graças ao carinho e ao companheirismo dos meus colegas da **Residência Universitária Tangará**: Carlos Baloiy, Carmen Monjane, Edson Cau e a Rossana Mambo e com especial atenção aos meus colegas

do **quarto 004**: Carmone Massingue, Domingos Nduna, Vado Carvalho, e aos irmãos Mathe, Dioclécio e Érico. A vossa amizade, um farol que iluminou a minha jornada.

No laboratório da história, onde forjei meu conhecimento, a **Turma de 2021** foi meu mais precioso tesouro. A cada um dos meus colegas, um agradecimento que brota do fundo do coração. Ao A. Matejua, A. Mampadzene, D. Langa, E. Diamantino, F. Mussa, G. Chauque, V. Massingue, N. Cumbe, R. Mabuangué, J. Cossa, J. Fernando, L. Cuna, A. Tivana, F. Juma,... a minha gratidão se expressa em um oceano de palavras, mas nenhuma delas será suficiente para expressar a importância de vossa amizade. Aos meus irmãos colossos, **Dr. Latifo Bacar** e **Dra. Berta Sopia**, e a minha amiga pessoal **Onésia Tamele**, a vossa bondade ilumina a minha vida. Que a felicidade vos acompanhe sempre.

Seria uma ingratidão imperdoável se não eternizasse a memória do **Catequista Alexandre Varela**, um verdadeiro “bom samaritano” da Paróquia Santa Ana da Muhana, que, com sua fé inabalável, iluminou meu caminho e me impulsionou a escalar as montanhas da vida.

As mãos carinhosas das duas velhas. **Leonor Zimila** em Xai-xai, e a **Maria Daniel Macuácua** em Maputo, que me acolheram como um filho, foram um refúgio seguro em minhas jornadas.

Na minha terra natal, a semente da amizade, plantada desde a infância, floresceu graças ao carinho do casal **Tio Maurício Mambunda** e **Profª Anabela Mambunda**, e ao afeto da querida **Tia Lurdes Macamo**. A todos, a minha eterna gratidão.

Aos meus companheiros Irmãos Sitoes, **Yúmina Da Flora** e **Clésio Crespo Site**, pessoas indispensáveis em minha vida. Sempre me inspirando, motivando e fazendo ver além. Revisores incansáveis e grandes interlocutores na academia e na vida.

A **Todos** que, como regatos, alimentaram a fonte da minha inspiração e permitiram que este pequeno fruto literário florescesse, minha gratidão se espalha como a brisa suave em uma tarde tropical, dito isto ao sabor da minha língua materna (Changana) Kanimambo/ Hinkomu/ NiKenssile (Muito Obrigado), ecoa como o canto dos pássaros ao amanhecer, expressando a profundidade do meu reconhecimento.

A gratidão que sinto é um tesouro escondido, que as palavras tentam desenterrar, mas nunca revelam por completo.

LISTA DE ABREVIATURAS

- **ANC:** Congresso Nacional Africano
- **BM:** Banco Mundial
- **EUA:** Estados Unidos da América
- **FAM:** Forças Armadas de Moçambique
- **FMI:** Fundo Monetário Internacional
- **FRELIMO:** Frente de Libertação de Moçambique
- **MNA:** Movimento dos Não-Alinhados
- **ONU:** Organização das Nações Unidas
- **OUA:** Organização da Unidade Africana
- **RENAMO:** Resistência Nacional Moçambicana
- **SADCC:** Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral
- **SWAPO:** Organização do Povo da África do Sudoeste
- **URSS:** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

Este trabalho tem com objectivo aprofundar a análise da política externa de Moçambique, no período de 1975-1990, com foco na política do não alinhamento adoptado por Moçambique após sua independência que visava garantir a autonomia do País, evitando a subordinação a grandes potências e promovendo o desenvolvimento nacional. Essa abordagem foi essencial para que o País pudesse traçar seu próprio caminho em um cenário internacional marcado pela bipolaridade. A implementação dessa política enfrentou vários obstáculos, incluindo a guerra civil, pressões externas e contradições internas. A guerra civil, em particular, comprometeu a capacidade do País de manter uma política externa totalmente autônoma, desviando recursos que poderiam ser usados para o desenvolvimento. O não-alinhamento contribuiu significativamente para a construção da identidade nacional moçambicana e para a diversificação das parcerias internacionais. Essa diversificação permitiu que Moçambique se beneficiasse de diferentes fontes de apoio, aumentando sua flexibilidade nas negociações. A pesquisa oferece uma compreensão aprofundada da política externa de Moçambique durante um período crucial de sua história. Os resultados são relevantes não apenas para Moçambique, mas também para outros Países em desenvolvimento que buscam sua autonomia em um mundo globalizado. Além disso, destaca a complexidade e os desafios do não-alinhamento em um contexto histórico específico.

Palavras-chave: Não-alinhamento, Moçambique, Guerra Fria, política externa, África, soberania, autonomia, cooperação internacional.

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Em 1975, Moçambique emergiu da colonização portuguesa para um mundo dividido pela Guerra Fria. A geopolítica era dominada pela polarização ideológica entre Estados Unidos e União Soviética, cada um liderando seus respectivos blocos: capitalista e comunista. Essa dicotomia global moldava as relações internacionais, exigindo que os Países recém-independentes tomassem partido.

Nesse contexto desafiador, Moçambique, sob a liderança de Samora Machel e da FRELIMO, optou por uma rota singular: a política de não alinhamento. Essa decisão, tomada no seio do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), representava uma recusa em se submeter à hegemonia de qualquer bloco, buscando autonomia e liberdade de ação na arena internacional, (LANGA, 2021)

A política de não alinhamento de Moçambique não foi isenta de desafios. O país enfrentava pressões contraditórias: De um lado, os Estados Unidos e seus aliados desconfiavam do governo socialista de Moçambique, temendo sua aproximação com a União Soviética. Do outro, a União Soviética, embora apoiando o governo moçambicano, pressionava por uma maior alinhamento ideológico (Dias, 2013). E internamente a própria FRELIMO era composta por diferentes correntes de pensamento, algumas mais próximas da União Soviética, outras mais pragmáticas. Essa heterogeneidade interna gerava debates acalorados sobre a melhor forma de implementar a política de não alinhamento.

Alinhadamente ao acima exposto, esta pesquisa visa aprofundar o entendimento da política de não alinhamento em Moçambique durante o período de 1975 a 1990, explorando seus objectivos, desafios, dilemas, impactos e relevância para a compreensão da política externa do País. Recorrendo ao material bibliográfico existente, esperamos trazer abordagens claras, objectivas e concisas do tema em causa, e elementos cruciais e inovadores na arena académica, especificamente no campo histórico.

Este trabalho está organizada em seis (6) capítulos, cada um deles tratando de um assunto específico e todos relacionados ao tema em epígrafe.

No Capítulo 1: Introdução, se enuncia o tema e os objectivos deste estudo, apresentamos a problematização e a respectiva pergunta de partida, revisão da literatura. Comporta ainda a metodologia, e por último, as limitações do próprio estudo. No capítulo 2: O Movimento de Não Alinhamento e o Contexto da Guerra Fria: Este capítulo apresenta o surgimento e os princípios do Movimento dos Países Não Alinhados, contextualizando-o no cenário da Guerra Fria, Capítulo 3: A Política de Não Alinhamento em Moçambique (1975-1990): Este capítulo central aborda a formulação e implementação da política de não alinhamento, analisando os desafios internos e externos enfrentados por Moçambique, Capítulo 4: A Diplomacia Moçambicana e a Busca por Autonomia: São analisadas as relações bilaterais de Moçambique com os principais actores internacionais, bem como sua participação em organizações multilaterais, Capítulo 5: Impactos da Política de Não Alinhamento: Neste capítulo, são avaliados os impactos da política de não alinhamento em diversos âmbitos, como a economia e a geopolítica regional. Capítulo 6: Conclusão: São apresentadas as principais conclusões da pesquisa, destacando a relevância da política de não alinhamento para a compreensão da história de Moçambique e suas relações internacionais e por fim apresentação das referências bibliográficas consultadas.

1.2. Problematização

Moçambique, apesar de sua inclinação socialista, optou pelo não alinhamento no conflito bipolar, evitando se aliar aos EUA, à URSS ou à China (Langa, 2021, p. 16). Esta política, adoptada desde a independência em 1975, tem sido alvo de debate e controvérsia tanto nacional quanto internacionalmente. O País decidiu não se alinhar com nenhum bloco político, ideológico ou militar durante a Guerra Fria, buscando manter relações diplomáticas e comerciais com Países de diferentes orientações políticas e econômicas (DIAS, 2013; CHILUNDO, 2022).

No entanto, a eficácia e os resultados dessa política têm sido questionados. Alguns argumentam que o não alinhamento resultou em certo isolamento de Moçambique no cenário internacional, limitando suas opções diplomáticas e econômicas. Além disso, a política de não alinhamento foi criticada por sua falta de consistência e coerência, especialmente diante das mudanças no contexto geopolítico global (DIAS, 2013).

Por outro lado, defensores dessa política argumentam que ela permitiu Moçambique manter sua soberania e independência, evitando se tornar um peão nas disputas entre grandes potências. O não alinhamento permitiu ao País estabelecer relações comerciais e de cooperação com uma variedade de nações, promovendo sua autonomia e diversificação de parceiros (CHILUNDO, 2022).

Contudo, o conceito de não alinhamento se mostrou impreciso, abrindo margem para interpretações divergentes. Moçambique, por exemplo, alinhava-se ideologicamente e militarmente com Países socialistas, enquanto mantinha relações comerciais com nações capitalistas. Essa ambiguidade gerou questionamentos sobre a coerência da política. A Guerra Fria e as pressões dos blocos hegemônicos moldaram a política externa moçambicana. A busca por apoio internacional para combater a guerra civil e impulsionar a reconstrução pós-colonial limitava a autonomia do País.

A dependência do apoio militar e econômico dos Países socialistas, principalmente da União Soviética e Cuba, gerou críticas de alguns setores da sociedade moçambicana que defendiam uma política externa mais independente. A guerra civil que assolou Moçambique de 1977 a 1992 dificultou a implementação coesa da política de não alinhamento. O governo precisava fazer concessões para garantir o apoio internacional e combater a insurgência da RENAMO, o que levantava questões sobre a real neutralidade do País.

Um dos principais paradoxos da política externa moçambicana é a coexistência do não alinhamento com uma profunda cooperação militar com Países do Pacto de Varsóvia (Langa, 2022, p. 193). Embora Moçambique se posicionasse como um Estado não-alinhado, sua dependência do apoio militar da União Soviética e de Cuba contradizia essa postura. A presença de conselheiros militares soviéticos e cubanos no País, bem como o fornecimento de armamentos e treinamento, levantaram questões sobre a verdadeira autonomia da política externa moçambicana. Essa relação ambígua pode ser vista como uma estratégia pragmática para garantir a sobrevivência do novo Estado diante das ameaças internas e externas, especialmente durante a guerra civil entre 1977 e 1992. No entanto, essa dependência militar comprometeu a imagem de Moçambique como um País neutro e autônomo, gerando críticas tanto internamente quanto na arena internacional (VELOSO, 2007 apud LANGA, 2022, p. 195)

Além disso, a posição de Moçambique em relação ao imperialismo também apresenta nuances complicadas. O País, membro do MNA, frequentemente se viu em situações onde sua postura anti-imperialista era questionada. Um exemplo notável é a relação com a Indonésia durante a ocupação do Timor-Leste (Oliveira, 2016). A ambiguidade da posição moçambicana em relação a esse imperialismo, que era criticado por muitos membros do MNA, reflecte uma tensão entre ideais e práticas. Moçambique, ao mesmo tempo em que se opunha à dominação colonial e imperialista, mantinha relações com Países que apresentavam comportamentos imperialistas. Essa dualidade levanta questões sobre a coerência das políticas externas dos Países do MNA e sobre como Moçambique navegou essas águas turvas sem comprometer seus princípios fundamentais.

A guerra civil em Moçambique exacerbou as contradições internas da política de não alinhamento. O governo da FRELIMO enfrentou pressões para alinhar-se mais estreitamente com blocos ideológicos que ofereciam apoio militar e econômico. Isso gerou um dilema: como manter uma política externa independente enquanto dependia de aliados estratégicos para combater insurgências internas? As críticas à falta de consistência na política de não alinhamento aumentaram à medida que o País buscava diversificar suas parcerias internacionais. E por fim, ao longo dos anos 1980, Moçambique buscou flexibilizar sua política externa, buscando maior diversificação de parcerias e diminuindo a dependência dos Países socialistas. Essa mudança foi impulsionada por factores como a necessidade de reformas econômicas e o fim da Guerra Fria.

Diante dos efeitos da política de não alinhamento acima arrolados, concerne a esta pesquisa indagar qual foi o impacto dessa política na capacidade de Moçambique manter uma diplomacia equilibrada e autônoma durante a Guerra Fria, considerando as pressões dos blocos hegemônicos e as contradições internas que o país enfrentava. E em que medida a política de não alinhamento contribuiu para a efetiva soberania e independência de Moçambique, considerando a dependência do país em relação ao apoio militar e econômico dos Países socialistas, principalmente da União Soviética e Cuba?

1.3. Pergunta de partida

Como a política de não alinhamento de Moçambique, adotada entre 1975 e 1990, moldou a política externa do país?

1.4. Definição de Objectivos

Geral:

- Analisar a política externa de Moçambique no período de 1975-1990.

Específicos:

- Descrever o contexto do surgimento e os princípios do Movimento dos Países Não Alinhados;
- Examinar diplomacia moçambicana durante a Guerra Fria e sua busca por autonomia nas relações internacionais.
- Explicar a implementação da política de não alinhamento em Moçambique após a independência;
- Avaliar os impactos económicos e geopolíticos na região da política de não alinhamento implementada em Moçambique.

1.5. Justificativa

A relevância deste tema reside na compreensão das complexidades enfrentadas por Moçambique ao adoptar uma postura de não alinhamento. Este estudo permite avaliar as consequências dessa política para o desenvolvimento económico e social do País. Analisar a política de não alinhamento de Moçambique é ainda, crucial para entender como as nações africanas, muitas vezes vistas como peões no jogo das superpotências, buscaram activamente políticas externas que refletissem seus próprios interesses e aspirações. Além disso, o estudo desta política oferece percepções valiosos sobre as estratégias de Países em desenvolvimento para manter a autonomia e a soberania em face de pressões externas e internas.

A escolha do período de 1975-1990 para estudar a política de não alinhamento de Moçambique está ancorada em eventos significativos que marcaram o início e o fim de uma era no País. Em 1975, Moçambique alcançou a independência de Portugal, um momento decisivo que exigiu a definição de uma postura geopolítica própria. A adopção da política de

não alinhamento reflectiu a aspiração do País em manter sua soberania e autonomia diante das tensões da Guerra Fria, sem se aliar a blocos específicos.

Por outro lado, 1990 é marcado pela promulgação de uma nova constituição, que introduziu o multipartidarismo e a abertura econômica, encerrando o período de socialismo e iniciando uma nova fase na política e economia de Moçambique. Este ano representa uma transição significativa na história do País, reflectindo mudanças internas e externas que influenciaram sua trajectória (SILVA, 2020).

Portanto, o estudo desse intervalo temporal permite compreender as dinâmicas e as consequências da política de não alinhamento, tanto no desenvolvimento interno de Moçambique quanto na sua interação com o cenário internacional, especialmente dentro do Movimento dos Países Não Alinhados.

1.6. Revisão da Literatura

Este capítulo revisa as contribuições de diversos autores, destacando como suas perspectivas se complementam e se contrastam.

O conceito de Não Alinhamento, conforme discutido por Kardelj (1976), surgiu como uma resposta às divisões da Guerra Fria, permitindo que Países periféricos, como Moçambique, buscassem uma política externa independente. Curado (2018) exemplifica essa ideia ao analisar o Egito sob Nasser, onde o Não Alinhamento serviu como uma ferramenta de barganha no cenário internacional. No contexto brasileiro, Da Rosa Muñoz (2023) apresenta diferentes interpretações do conceito de autonomia na política externa, mostrando que a compreensão do Não Alinhamento varia conforme o contexto político e histórico.

Mukherjee (2012) também destaca a importância do Não Alinhamento na estratégia de Nehru para a Índia, enfatizando que essa abordagem estava enraizada nas condições estruturais resultantes do colonialismo. Assim, a literatura sugere que o Não Alinhamento não é apenas uma postura diplomática, mas um reflexo das realidades históricas e sociais dos países envolvidos.

A análise da política externa de Moçambique sob Samora Machel revela um forte compromisso com os princípios do Não Alinhamento. Langa (2021) argumenta que Machel adoptou uma orientação socialista e marxista-leninista, enfrentando desafios significativos,

como a guerra civil contra a RENAMO. A resistência armada da RENAMO e os ataques da África do Sul testaram a eficácia da postura de não alinhamento de Moçambique, mas o País manteve-se firme em seu apoio a movimentos nacionalistas africanos.

Wasse (2022) complementa essa análise ao discutir a transição sob Joaquim Chissano, onde houve uma mudança significativa em direção a uma economia de mercado. Essa transição gerou debates sobre se Moçambique ainda poderia ser considerado não-alinhado ou se estava se tornando dependente das potências ocidentais. A literatura sugere que essa evolução reflecte não apenas mudanças internas, mas também pressões externas e a necessidade de adaptação às novas realidades econômicas globais.

Os debates sobre o Não Alinhamento em Moçambique são complexos e multifacetados. As críticas surgiram principalmente em relação à eficácia da política de neutralidade durante crises internas. Diaz (2022) analisa como as relações internacionais moldaram a construção do Estado em Moçambique, destacando os desafios enfrentados no período pós-independência e durante a guerra civil.

Wasse (2022) argumenta que a política de neutralidade limitou as oportunidades de Moçambique para buscar apoio internacional mais activo contra os ataques da RENAMO e as tensões regionais. Além disso, a narrativa que apresentava a FRELIMO como legítima representante do povo moçambicano foi utilizada para deslegitimar a RENAMO, perpetuando divisões ideológicas que contribuíram para o prolongamento do conflito.

A transição para uma economia de mercado sob Chissano também gerou debates sobre o significado do Não Alinhamento. Langa (2021) aponta que essa mudança indicava uma reinterpretação do conceito, levantando questões sobre se Moçambique ainda poderia ser considerado verdadeiramente não-alinhado ou se estava se tornando dependente das potências ocidentais.

Ao analisar as obras desses autores acima elencados, podemos observar uma convergência em torno da importância do Não Alinhamento para a história e a política de Moçambique. O Não Alinhamento serviu como um guia fundamental para a política externa moçambicana, ajudando o País a defender sua soberania, promover seus interesses nacionais e contribuir para a paz e segurança internacionais.

No entanto, os autores também reconhecem os desafios e dilemas enfrentados por Moçambique como membro do MNA. A Guerra Fria e a era pós-Guerra Fria apresentaram diferentes desafios para o Não Alinhamento, e Moçambique precisou se adaptar às novas realidades geopolíticas.

1.7. Metodologia

Para a prossecução do presente trabalho foram considerada dois procedimentos metodológicos com vista a alcançar os objectivos que o trabalho se propôs a analisar. Por essa razão, serão indicadas a seguir os procedimentos que foram adoptados no trabalho.

a) Método Histórico

O método histórico também chamado de método crítico ou crítica histórica resume-se, neste trabalho a duas principais operações: heurística e hermenêutica. (GOMES, 1988, p. 343-350).

- **A heurística** é a operação pela qual se procede a recolha de fontes de informação necessárias à análise histórica.
- **A hermenêutica** é a operação pela qual se procede à interpretação dos documentos às questões inicialmente postas.

b) Método Técnico

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, recorreu-se às seguintes técnicas de pesquisa (GIL, 1991), citado por DA SILVA e MENEZES (2001, p. 21):

- **Revisão Bibliográfica:** elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos académicos e actualmente com material disponibilizado na Internet – foi realizada uma revisão bibliográfica extensa sobre a política de não alinhamento em Moçambique durante a Guerra Fria, que ajudou a entender o contexto histórico e político em que a política de não alinhamento foi adoptada e implementada.
- **Análise Documental:** elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico – foi analisada documentos primários, como discursos políticos, para entender as razões pelas quais Moçambique optou pelo não alinhamento e como essa política foi implementada na prática.

1.8. Limitações da pesquisa

Ao longo da pesquisa para esta dissertação, deparei-me com uma muralha de burocracia nas instituições públicas moçambicanas, tornando a obtenção de dados actualizados uma tarefa árdua. A falta de cooperação de alguns funcionários, aliada à obsolescência tecnológica e à precária conservação dos documentos, prolongou consideravelmente o processo de recolha de dados. Adicionalmente, a inconstância dos entrevistados, motivada por receios de represálias, que cancelaram as entrevistas de última hora, limitou a recolha de dados e a profundidade da análise.

1.9. Argumento central da pesquisa

A política de não alinhamento adoptada por Moçambique entre 1975 e 1990, embora guiada pelo objectivo de preservar a autonomia nacional, revelou-se uma estratégia complexa e, por vezes, contraditória, moldada pelas pressões da Guerra Fria e da guerra civil. O estudo argumenta que, por trás do discurso oficial de neutralidade, Moçambique estabeleceu uma relação ambivalente com os blocos geopolíticos. Contudo, a política de não alinhamento foi um instrumento de sobrevivência estatal num contexto de fragilidade pós-colonial, mas a sua implementação revelou contradições estruturais. A dependência militar do bloco socialista e as concessões económicas ao Ocidente demonstraram que a “autonomia” moçambicana estava condicionada pelas dinâmicas da Guerra Fria e pelos imperativos da guerra civil. Apesar disso, a política permitiu ao País evitar uma subordinação completa a qualquer bloco, preservando margens de ação diplomática.

CAPITULO 2: O NÃO ALINHAMENTO E O CONTEXTO DA GUERRA FRIA

2.1. Conceitos-Chave:

- *Não-Alinhamento:*

Segundo Dicionário¹, O não-alinhamento é como uma “política ou prática de não se alinhar com um poder ou bloco político maior”. Esta definição encapsula a essência do não-alinhamento como uma estratégia de autonomia e independência nas relações internacionais.

Não-Alinhamento refere-se à política adoptada por países que se recusam a alinhar-se ou a juntar-se a blocos militares ou políticos maiores, como os liderados pelos Estados Unidos ou pela União Soviética durante a Guerra Fria. Essa política visa manter a independência e a autonomia na condução das relações exteriores, evitando envolvimento em confrontos ideológicos ou militares entre grandes potências².

Explicação segundo a Teoria das Relações Internacionais

Dentro das Relações Internacionais, o conceito de não-alinhamento é frequentemente analisado através das lentes do construtivismo, que destaca como os Estados constroem suas identidades e interesses sociais em oposição a estruturas de poder dominantes. O não-alinhamento é visto como uma expressão da busca dos Estados por autonomia e identidade em um sistema internacional caracterizado por competição e conflito entre grandes potências.

O não alinhamento é um conceito complexo que surgiu na década de 1950, representando uma aspiração pela coexistência pacífica entre as nações, independentemente de suas diferenças (Williams, 1987). É distinto da neutralidade ou isolacionismo e serve como um credo diplomático e ideológico para muitos países africanos, árabes e asiáticos (Babaa & Crabb, 1965). O não alinhamento funcionou como uma poderosa ferramenta de barganha para países periféricos durante a Guerra Fria, permitindo-lhes navegar entre superpotências e garantir melhores condições para programas de desenvolvimento doméstico (Curado, 2018).

¹ O Oxford English Dictionary

² Por Revista Relações Exteriores

Essa estratégia foi exemplificada pelo Egito sob o governo de Nasser, que manteve relações ambíguas com os Estados Unidos e a União Soviética para promover seus interesses (Curado, 2018). No caso da Índia, o não alinhamento era parte da estratégia mais ampla de Nehru para "desestruturar" o colonialismo e promover o desenvolvimento independente na era pós-colonial (Mukherjee, 2012). O conceito continua a evoluir e permanece relevante nas relações internacionais.

- ***Neutralidade***

Neutralidade é a posição de um estado que não participa de conflitos armados ou alianças militares, mantendo-se imparcial em disputas entre outras nações. A neutralidade pode ser uma estratégia política que visa proteger a soberania e os interesses nacionais, permitindo que um país actue como mediador em conflitos internacionais sem se comprometer a um lado específico.

O conceito de neutralidade em vários campos tem sido objecto de debate e diferentes interpretações. Na biblioteconomia e ciência da informação, a neutralidade é vista por meio de múltiplas lentes, que vão de um valor central a um conceito complexo e ambivalente (Macdonald & Birdi, 2019). Na administração pública, a neutralidade é diferenciada da objectividade e imparcialidade, com a neutralidade se referindo à proibição de viés político em funções administrativas (Costa, 2013). Na psicanálise, a neutralidade foi diferenciada em aspectos operacionais e intencionais, enfatizando a importância de distinguir entre eles na prática clínica (Agatsuma, 2014).

A evolução do conceito na psicanálise é traçada do uso original de “indiferença” por Freud até a compreensão moderna da neutralidade como uma postura em relação a conflitos específicos, incluindo intrapsíquicos, interpessoais e dentro do analista (Hoffer, 1985). Essas perspectivas variadas destacam a complexidade e a natureza dependente do contexto da neutralidade em diferentes disciplinas.

- ***Política externa***

A política externa refere-se ao conjunto de ações e decisões que um país toma em relação a outros países e organizações internacionais. Ela abrange aspectos como diplomacia, comércio, segurança e cooperação internacional. A política externa é moldada por fatores internos e externos, incluindo interesses econômicos, alianças estratégicas e a busca por influência no cenário global (INTERESSE NACIONAL, 2024)

O conceito de política externa tem sido debatido no Brasil, com académicos propondo várias classificações, como política de estado, política governamental ou política pública (FILHO, 2020). Pesquisas recentes defendem a definição de política externa exclusivamente como política pública, enfatizando sua conexão com objectivos constitucionais e competição política (FILHO, 2020 & SILVA, 2015). Essa perspectiva destaca a crescente politização da agenda de política externa e a participação de actores não estatais, levando a maior transparência e democratização (SILVA, 2015).

A evolução da política externa dos EUA da contenção para a primazia e o extremismo é discutida como um exemplo de mudança de dinâmica nas relações internacionais (GUIMARÃES, 2002). Além disso, há um apelo por política externa baseada em evidências, abordando a falta de estudos focados em resultados na Análise de Política Externa e desafiando a noção de política externa como uma política exclusivamente estatal (VALENTE & LOPES, 2022).

- ***Geopolítica***

Geopolítica é um campo de estudo que examina a influência de fatores geográficos no desenvolvimento político e no poder do Estado (CUÉLLAR LAUREANO, 2015). O conceito se originou com Rudolf Kjellen em 1916, que o definiu como o estudo das influências geográficas na vida política (CAIRO, 2013). A geopolítica evoluiu de uma visão determinística dos Estados como organismos vivos influenciados por seu ambiente para uma compreensão mais complexa dos espaços globais e da dinâmica de poder (DUARTE, 2023).

Ela abrange a dimensão geoestratégica dos projectos de poder, considerando como as condições marítimas e terrestres moldam a organização territorial e as estratégias militares (ALBUQUERQUE et al., 2014). O campo passou por um desenvolvimento significativo desde suas origens clássicas, com várias escolas de pensamento surgindo durante e após a

Segunda Guerra Mundial (CUÉLLAR LAUREANO, 2015). A geopolítica contemporânea continua a analisar a formação de grandes espaços globais e seu impacto no sistema internacional (ALBUQUERQUE et al., 2014).

- ***Diplomacia***

Diplomacia é o processo de negociação e comunicação entre estados ou organizações internacionais, visando resolver conflitos, estabelecer acordos e promover relações pacíficas. A diplomacia envolve a representação de interesses nacionais em fóruns internacionais, a realização de tratados e acordos e a mediação de disputas. É uma ferramenta essencial para a manutenção da paz e da segurança global, permitindo que países trabalhem juntos em questões de interesse mútuo.

O conceito de diplomacia evoluiu para abranger várias formas especializadas. A diplomacia presidencial se refere ao papel activo dos chefes de estado na formulação de política externa (PRETO, 2006). A diplomacia cultural envolve actores estatais e não estatais promovendo expressões culturais nacionais internacionalmente (REBELO et al., 2024). A diplomacia científica, uma prática antiga, mas um termo recente nas relações internacionais, tem sido explorada por meio de perspectivas históricas, oferecendo percepções sobre a interação entre ciência e diplomacia (SILVA, 2023).

A diplomacia da inovação surge como uma abordagem estratégica na sociedade do conhecimento, onde a tecnologia é a principal força econômica e a inovação é crucial para o desenvolvimento nacional. Nesse contexto, a diplomacia desempenha um papel vital na função do estado de promover e regular os ecossistemas nacionais de inovação (SILVA, 2018). Essas formas especializadas de diplomacia refletem o escopo e a complexidade crescentes das relações internacionais na era moderna.

Esses conceitos são interconectados e refletem as complexidades das relações internacionais contemporâneas, onde a busca por autonomia e a gestão de interesses nacionais são fundamentais para a atuação dos Estados no cenário global.

2.2. A Guerra Fria, Bipolarização do Mundo e o Movimento Não Alinhado

O período da Guerra Fria (1947-1991) foi caracterizada por uma intensa rivalidade ideológica e geopolítica entre os Estados Unidos (EUA), representando o bloco capitalista, e a União Soviética (URSS), líder do bloco socialista. Essa disputa se manifestou em diversos aspectos, desde a corrida armamentista até a Guerra do Vietnã e a crise dos mísseis de Cuba. E foi marcada, pela espionagem e por uma série de conflitos indiretos e dividiu o mundo em dois grandes blocos, cada um buscando expandir sua esfera de influência (SMOLEN, 2012, p. 10).

A bipolarização mundial gerada pela Guerra Fria impôs aos países do mundo uma difícil escolha: alinhar-se a uma das superpotências ou buscar uma postura neutra. A primeira opção significava submeter-se às pressões e interesses de um dos blocos, enquanto a segunda implicava em uma grande autonomia nas relações internacionais, mas também em uma maior vulnerabilidade (OWENS, 1999, p. 65).

De acordo com Cohen (2014, p. 120), é neste contexto, que surgiu o Movimento Não Alinhado (MNA), um fórum internacional composto por países que optaram por não se alinhar a nenhum dos blocos militares liderados pelas superpotências. O MNA começou a ganhar força a partir da Conferência de Bandung, realizada em 1955 na Indonésia, que reuniu líderes de 29 países asiáticos e africanos recém-independentes. E foi oficialmente fundado em 1961 e chegou a ter mais de 100 países membros em seu auge.

A Conferência de Bandung representou um marco importante na afirmação da voz dos países do chamado “Terceiro Mundo”, que buscavam uma nova ordem mundial, baseada nos princípios da coexistência pacífica, da autodeterminação dos povos e da não intervenção nos assuntos internos de outros países (Smolen, 2012, p. 15). A Conferência de Bandung foi um momento crucial para a formação do MNA, pois marcou o início de um processo de descolonização e a emergência de um novo bloco de países que buscavam uma posição autônoma no cenário internacional (OWENS, 1999, p. 70).

O MNA, foi formalmente instituído em 1961 em Belgrado, na antiga Jugoslávia, e os princípios que norteavam esse movimento eram diversos e buscavam promover a independência e a autodeterminação dos países em desenvolvimento. Entre eles, destacavam-

se: Independência Nacional, Coexistência Pacífica, Cooperação Internacional, Descolonização e Preservar a independência nacional (COHEN, 2014, p. 130).

Como afirma Ex-Presidente do Mali, Modibo Keita (1961), “O MNA representava uma tentativa de construir um mundo multipolar, onde os países do Terceiro Mundo pudessem ter uma voz mais activa nas decisões globais” (Keita, 1961, p. 25). Apesar de seus objectivos nobres, o MNA enfrentou diversos desafios ao longo de sua existência. A Guerra Fria era um período de grande instabilidade e as pressões das superpotências eram constantes. Além disso, as divergências ideológicas e econômicas entre os países membros do movimento dificultavam a construção de um consenso sobre as ações a serem tomadas (SMOLEN, 2012, p. 18)

2.3. O Surgimento e a Evolução do Movimento de Não Alinhamento em África

A África, após séculos de dominação colonial, emergiu da Segunda Guerra Mundial com um novo impulso para a independência. A fragilidade das potências coloniais, aliada ao crescente sentimento nacionalista nos territórios africanos, acelerou o processo de descolonização (HERNANDEZ, 2008, p. 45).

Segundo REISA e RESENDE (2019, p. 312), a criação de novos Estados independentes na África, no entanto, não significava automaticamente a libertação dos novos países das amarras do neocolonialismo. A dependência econômica, a instabilidade política e as desigualdades sociais eram desafios persistentes que ameaçavam a soberania e o desenvolvimento desses novos Estados.

A Conferência de Bandung, realizada em 1955, foi um evento seminal que reuniu líderes de países asiáticos e africanos, marcando um ponto de inflexão nas relações internacionais. A conferência expressou a aspiração desses países por uma ordem internacional mais justa e equitativa, desafiando a bipolaridade da Guerra Fria e buscando alternativas ao alinhamento com os blocos liderados pelos EUA e pela URSS (Stoodi, 2024). Os princípios defendidos em Bandung, como a coexistência pacífica, a respeito à soberania nacional, a não interferência nos assuntos internos de outros países e a cooperação econômica, serviram como base ideológica para o MNA.

Na África, o MNA encontrou um terreno fértil para se desenvolver, com líderes carismáticos e visionários como Kwame Nkrumah, Jomo Kenyatta e Julius Nyerere. Esses líderes, além de defender a independência política, buscavam a construção de sociedades mais justas e equitativas, baseadas nos princípios da solidariedade, da autossuficiência econômica e da cooperação entre os países africanos (GERITS, 2016, p. 260).

CAPÍTULO 3: A POLÍTICA DE NÃO ALINHAMENTO DE MOÇAMBIQUE (1975-1990)

3.1. Razões para a Adopção do Não Alinhamento

A política de não alinhamento adoptada por Moçambique após a sua independência em 1975 foi fundamental para a construção de sua identidade nacional e para a definição de sua política externa durante um período marcado pela Guerra Fria. Essa escolha foi influenciada por uma série de factores históricos, sociais e geopolíticos que moldaram a trajectória do país.

A colonização portuguesa, marcada por exploração, discriminação e repressão, deixou profundas marcas na sociedade moçambicana, gerando um forte sentimento anticolonial e um desejo de autodeterminação. A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) liderou uma longa e sangrenta luta armada contra o regime colonial português, forjando uma identidade nacionalista e um compromisso com a justiça social. A experiência da guerra de libertação influenciou profundamente a visão de mundo da nova liderança moçambicana.

A Guerra Fria dividiu o mundo em dois blocos rivais, liderados pelos EUA e pela URSS. Moçambique, como muitos outros países recém-independentes, enfrentou pressões para se alinhar a um ou outro bloco. A adopção do não alinhamento foi uma estratégia para evitar a subordinação a qualquer uma das superpotências, permitindo que Moçambique mantivesse sua soberania e autonomia nas relações internacionais (LANGA, 2022).

O não alinhamento surgiu como uma terceira via, oferecendo aos países recém-independentes a possibilidade de manter sua autonomia e evitar a subordinação a interesses estrangeiros. A FRELIMO adoptou o marxismo-leninismo como ideologia guia, buscando construir uma sociedade socialista em Moçambique. Essa ideologia enfatizava a luta de classes, a autossuficiência e a solidariedade internacional. O projecto nacional moçambicano visava superar as desigualdades sociais e económicas herdadas do colonialismo, promover a justiça social e construir um Estado forte e independente. O não alinhamento era visto como um instrumento para alcançar esses objetivos.

Segundo Wasse, (2022), a política de não alinhamento também foi uma resposta às pressões regionais. Moçambique enfrentava a hostilidade de países vizinhos, especialmente a África do Sul, que estava sob um regime de apartheid e via a FRELIMO como uma ameaça. A

escolha por uma política externa não-alinhada permitiu que Moçambique buscasse apoio internacional sem se comprometer com os blocos de poder, promovendo a solidariedade com outros países em desenvolvimento e movimentos de libertação na África.

Outro fator importante para a adoção do não alinhamento foi a necessidade de Moçambique de se concentrar em seu desenvolvimento interno. O país enfrentava enormes desafios econômicos e sociais após a independência, incluindo a necessidade de reconstruir uma infraestrutura devastada pela guerra colonial. O não alinhamento permitiu que Moçambique buscasse assistência e cooperação de diversas fontes, sem se vincular a políticas ou ideologias específicas que poderiam limitar suas opções (COELHO, 2010, p. 233)

Após a independência, Moçambique enfrentou uma série de desafios à sua segurança nacional, incluindo a guerra civil, a interferência de países vizinhos e o apoio a grupos armados anti-governamentais. O não alinhamento era visto como uma forma de proteger a revolução moçambicana contra as ameaças externas e garantir a sua sobrevivência.

3.2 Implementação da Política na Prática: Relações Bilaterais e Multilaterais

A implementação da política de não-alinhamento em Moçambique se manifestou em diversas áreas: relações bilaterais, multilateralismo, cooperação económica e traduziu-se numa estratégia complexa de relações internacionais, marcada pela diversidade de parceiros e pela busca de um equilíbrio entre os interesses nacionais e as pressões do contexto internacional da Guerra Fria.

A diplomacia moçambicana, sob a égide da FRELIMO, estabeleceu um vasto leque de relações bilaterais, tanto com países do Ocidente como do Oriente. Essa diversidade de parceiros reflectia a busca por um equilíbrio que permitisse Moçambique obter o apoio necessário para a reconstrução nacional e a consolidação da sua independência.

Segundo Haffner e Bihale (2023), as relações bilaterais de Moçambique foram marcadas por interações complexas, especialmente com países vizinhos e potências globais. A relação com a África do Sul foi particularmente significativa, dado o contexto do apartheid. Moçambique, sob a liderança da FRELIMO, apoiou activamente o Congresso Nacional Africano (ANC) na luta contra o regime racista, o que resultou em tensões com o governo sul-africano. Apesar

das divergências políticas, Moçambique tentou separar questões políticas de interesses econômicos, buscando manter canais de diálogo e cooperação.

Além disso, Moçambique estabeleceu relações com países do Leste Europeu, como a União Soviética e Cuba, que forneceram apoio militar e econômico durante os primeiros anos pós-independência. Essa aliança foi crucial para a defesa do país contra as incursões militares da RENAMO, que contava com o apoio da África do Sul e de outros países ocidentais (WASSE, 2022).

A cooperação com os países socialistas, nomeadamente a URSS e Cuba, foi particularmente intensa nas primeiras décadas após a independência. Esses países ofereceram um apoio crucial na área da defesa, fornecendo armas e treinando as Forças Armadas de Moçambique (FAM), e na construção de infraestruturas, como estradas, escolas e hospitais (Matthews, 1982). Essa cooperação era justificada pela ideologia socialista da FRELIMO e pela necessidade de fortalecer a defesa nacional face à ameaça da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

Contudo, Moçambique também estabeleceu relações com países ocidentais, como Portugal, França e os EUA. Essas relações eram mais complexas e marcadas por desconfianças mútuas, devido ao passado colonial e às divergências ideológicas. No entanto, a necessidade de apoio financeiro e tecnológico para o desenvolvimento económico impulsionou a cooperação em diversos sectores, como a agricultura e a saúde.

No âmbito multilateral, Moçambique foi um membro activo do movimento dos Não-alinhados, participando de conferências e iniciativas que promoviam a solidariedade entre países em desenvolvimento. O MNA ofereceu uma plataforma para que Moçambique expressasse suas preocupações sobre o colonialismo e o neocolonialismo, além de defender os direitos dos povos oprimidos (FRELIMO, 1977, p. 15).

A participação em organizações internacionais foi fundamental para a projeção internacional de Moçambique e para a defesa dos seus interesses. A Organização das Nações Unidas (ONU) também foi um fórum privilegiado para a diplomacia moçambicana, onde o país defendeu os princípios da autodeterminação dos povos, da não-intervenção nos assuntos internos e da cooperação internacional para o desenvolvimento.

De acordo com Gonçalo (2005, p. 28), África, como continente de origem, foi uma prioridade na política externa moçambicana. O País participou activamente na Organização da Unidade Africana (OUA) e nos processos de descolonização e luta pela libertação nacional em outros países africanos. A solidariedade com os países vizinhos e a promoção da integração regional foram pilares fundamentais da política externa moçambicana

Conforme advoga Coelho (2010, p. 15), Moçambique também buscou fortalecer sua posição na Organização da Unidade Africana, onde se tornou um defensor da unidade africana e da luta contra o colonialismo no continente. A participação em fóruns multilaterais permitiu que Moçambique se conectasse com outros países que compartilhavam objetivos semelhantes, promovendo uma agenda de desenvolvimento e cooperação regional

Todavia, a diversificação dos parceiros de cooperação económica foi uma estratégia crucial para Moçambique, que buscava superar a sua dependência económica e construir uma base produtiva para o desenvolvimento. A cooperação com os países socialistas concentrou-se na construção de infraestruturas e na formação de quadros nacionais. A cooperação com os países ocidentais, por sua vez, focou-se no apoio ao sector privado e na promoção de reformas económicas.

3.3 Contradições e Desafios Internos

A implementação da política de não-alinhamento em Moçambique, embora promissora em teoria, enfrentou uma série de desafios e contradições internas que comprometeram, em diversos momentos, a sua efetividade. Esses desafios foram moldados por fatores históricos, sociais e políticos, reflectindo a complexidade do contexto em que o país se inseriu.

Segundo Langa (2022, p. 12), um dos principais desafios enfrentados por Moçambique foi a contradição entre sua ideologia socialista e a prática política real. A FRELIMO, que liderou a luta pela independência, tinha uma orientação marxista-leninista, mas a implementação dessa ideologia frequentemente se chocava com a necessidade de pragmatismo político. A dependência de apoio militar e económico da URSS e de Cuba, enquanto se proclamava um compromisso com o não alinhamento, gerou tensões internas e críticas sobre a verdadeira autonomia do país.

Moçambique também enfrentou pressões externas significativas, especialmente da África do Sul, que apoiou a RENAMO na guerra dos 16 anos que devastou o país de 1977 a 1992. Essa guerra não apenas desestabilizou a política interna, mas também desafiou a capacidade do governo de manter uma postura de não alinhamento, já que se viu forçado a buscar alianças com países que poderiam oferecer apoio militar e logístico (WASSE, 2022).

Segundo Cebri (2023), internamente, as políticas da FRELIMO também geraram descontentamento entre a população. A centralização do poder e a exclusão de vozes dissidentes contribuíram para a percepção de que a política de não alinhamento era, na verdade, uma forma de consolidar o controlo do partido no poder. O clientelismo e a patronagem tornaram-se práticas comuns, dificultando a construção de uma democracia participativa e inclusiva, a falta de representação e a marginalização de grupos sociais levaram a um aumento das tensões sociais, que foram exacerbadas pela guerra dos 16 anos.

A FRELIMO, como partido único no poder, não estava imune a divisões internas. A questão da orientação ideológica a seguir, especialmente no que diz respeito à natureza do Estado moçambicano e às relações com os países socialistas, gerou debates acalorados dentro do partido. Uma ala mais radical defendia uma maior aproximação com o bloco socialista e a implementação de políticas mais radicalmente transformadoras. Por outro lado, uma ala mais moderada advogava uma abertura maior à economia de mercado e uma diversificação dos parceiros internacionais. Essas divisões internas enfraqueceram a coesão do partido e dificultaram a implementação de uma política externa consistente.

A guerra civil, a seca e a instabilidade política tiveram um impacto devastador na economia moçambicana. A destruição de infraestruturas, a fuga de capitais e a diminuição da produção agrícola agravaram a pobreza e a desigualdade. As dificuldades económicas limitaram a capacidade do governo de implementar políticas sociais e de desenvolvimento, comprometendo a credibilidade do regime e aumentando a insatisfação popular. A dependência da ajuda externa tornou Moçambique vulnerável a condicionalidades e pressões internacionais.

Conforme Abrahamsson e Nilsson (1994), que advogam que com a introdução do multipartidarismo em 1990 e a pressão para a liberalização económica, Moçambique começou a se afastar de suas políticas socialistas. Essa transição, embora necessária para a

sobrevivência econômica, trouxe à tona novas contradições, pois o país passou a depender ainda mais de ajuda externa e de instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Essa dependência foi vista como uma traição aos princípios de não alinhamento, uma vez que a política externa do país começou a ser moldada por interesses externos.

A política de não-alinhamento de Moçambique enfrentou desafios internos e externos que comprometeram a sua efetividade. A Guerra Fria, a guerra dos 16 anos, as divisões internas na FRELIMO e as dificuldades económicas foram fatores que limitaram a capacidade de Moçambique de seguir uma política externa autônoma e de implementar um projecto de desenvolvimento nacional.

3.4 A Guerra Civil e Suas Implicações para a Política Externa

A guerra Civil em Moçambique, que se intensificou na década de 1980, teve profundas implicações para a política externa do país, especialmente no que diz respeito à sua postura de não alinhamento e à sua interação com potências regionais e internacionais.

A guerra começou em 1976, opôs o governo da FRELIMO à RENAMO. Este conflito foi exacerbado por intervenções externas, especialmente da África do Sul, que apoiava a RENAMO como parte de sua estratégia para desestabilizar o governo moçambicano, que era visto como um aliado do Congresso Nacional Africano (ANC) e um opositor do apartheid (HAFFNER, 2023).

Conforme advoga Coelho (2010), a política externa de Moçambique durante a guerra foi marcada pelo apoio a outros movimentos de libertação na África, reforçando sua imagem como um bastião contra o colonialismo e o imperialismo. Isso incluiu o apoio a guerrilhas em países vizinhos, o que, por sua vez, resultou em retaliações militares e em um ciclo de violência.

O conflito armado prolongado que se estendeu por mais de uma década, teve um impacto profundo e duradouro na política externa do País. A necessidade de enfrentar a insurgência da RENAMO e as pressões externas moldaram significativamente as relações internacionais de Moçambique, impondo desafios e limitações à sua política de não-alinhamento.

A guerra civil tornou praticamente impossível para Moçambique manter uma posição estritamente neutra nas disputas internacionais. A necessidade de obter apoio militar, financeiro e diplomático para combater a RENAMO forçou o País a se aproximar de determinados aliados, comprometendo, em certa medida, a sua independência nas relações internacionais (LANGA, 2021).

A busca por apoio militar, por exemplo, levou Moçambique a fortalecer os laços com países socialistas como a URSS e Cuba, que forneceram armas, treinamento militar e apoio logístico. Essa dependência militar limitou a margem de manobra de Moçambique nas negociações internacionais e o tornou mais vulnerável a influências externas (DOMINGUES, 2011, p. 92).

De acordo com Cabrita (2000, p. 112), a guerra civil desencorajou a cooperação internacional com Moçambique, pois muitos países temiam que os recursos destinados ao desenvolvimento fossem desviados para fins militares ou utilizados para financiar o conflito. A imagem de Moçambique como um país em guerra civil, instável e com um governo marcado por denúncias de violações dos direitos humanos, deteriorou-se significativamente, afastando potenciais parceiros de cooperação.

A diminuição da cooperação internacional teve um impacto negativo no desenvolvimento económico e social de Moçambique, agravando a pobreza e a desigualdade. A falta de investimentos estrangeiros e a dificuldade em obter financiamento para projectos de desenvolvimento limitaram as possibilidades de reconstrução do país (METZ, 1986, p. 498).

Segundo Domingues (2011, p. 92), A necessidade de buscar apoio para a luta armada levou a uma reorientação da política externa de Moçambique. A aproximação com os países socialistas, em particular a URSS e Cuba, tornou-se mais acentuada, em detrimento das relações com os países ocidentais. Essa reorientação ideológica e geopolítica foi acompanhada por uma intensificação da retórica anti-imperialista e anti-capitalista.

A guerra civil também impulsionou a participação de Moçambique em fóruns internacionais como o Movimento dos Países Não Alinhados, onde o país buscou apoio para a sua luta de libertação nacional e denunciou as intervenções estrangeiras em África. E deixou marcas profundas na política externa de Moçambique. A necessidade de reconstruir o país e de se

integrar na economia global impôs novos desafios à diplomacia moçambicana. A transição para um sistema político multipartidário e a assinatura dos acordos de paz em 1992 abriram novas perspectivas para a política externa, marcada pela diversificação dos parceiros e pela busca de uma maior integração regional (CABRITA, 2000, p. 112).

CAPÍTULO 4: A DIPLOMACIA MOÇAMBICANA E A BUSCA POR AUTONOMIA

4.1 Diplomacia Moçambicana durante a Guerra Fria

A política externa moçambicana durante a Guerra Fria foi marcada pela busca de autonomia e não alinhamento, apesar das pressões exercidas pelas superpotências e seus aliados regionais. A diplomacia moçambicana procurou equilibrar suas relações com os blocos ocidental e oriental, ao mesmo tempo em que priorizava os laços com países africanos e o apoio a movimentos de libertação nacional.

Após a independência em 1975, Moçambique adotou uma orientação socialista e estabeleceu relações próximas com a União Soviética e outros países do bloco socialista. Isso incluiu acordos de cooperação militar e econômica, bem como o apoio a movimentos de libertação na África Austral (Domingues, 2011). No entanto, a FRELIMO também buscou manter canais de diálogo com países ocidentais, como a Noruega, Holanda e Suécia, que forneceram assistência econômica e humanitária durante a guerra dos 16 anos (MONDLANE, 1995).

Segundo Cabrita (2000), a solidariedade com outros movimentos de libertação nacional foi um pilar central da política externa moçambicana. O governo da FRELIMO apoiou activamente o ANC na luta contra o apartheid na África do Sul e a SWAPO na Namíbia. Esse apoio incluiu o fornecimento de bases para operações militares e a mobilização de recursos internacionais.

Embora Moçambique tenha buscado uma política de não-alinhamento, a realidade da Guerra Fria e os desafios internos limitaram sua capacidade de manter uma postura estritamente neutra. A dependência de ajuda externa, a agressão da RENAMO e a pressão internacional obrigaram o país a tomar decisões difíceis e a fazer escolhas estratégicas.

A Guerra Civil Moçambicana teve um impacto profundo na diplomacia do País. A RENAMO, com o apoio da África do Sul, desestabilizou o país e dificultou a implementação de políticas de desenvolvimento. A guerra obrigou Moçambique a dedicar uma grande parte de seus recursos à defesa e à reconstrução, limitando sua capacidade de agir na arena internacional.

Conforme advoga Metz (1986), a guerra civil teve um impacto significativo na diplomacia moçambicana. O conflito, apoiado pela África do Sul e Rodésia, forçou o governo a desviar recursos da reconstrução nacional e da política externa. Além disso, a instabilidade interna e a percepção de risco dificultaram a atração de investimentos estrangeiros.

Na região Moçambique desempenhou um papel activo, sendo um membro fundador da Linha da Frente (LF), uma coalizão de Países que apoiavam a luta contra o apartheid na África do Sul e a dominação colonial na Namíbia e no Zimbabwe (LANGA, 2021)

A diplomacia moçambicana foi caracterizada por um forte activismo anti-apartheid e apoio aos movimentos de libertação na região. O país ofereceu refúgio e apoio ao ANC, contribuindo para enfraquecer o regime racista e acelerar o processo de descolonização na região. A solidariedade de Moçambique com os movimentos de libertação nacional na África Austral fortaleceu sua posição na comunidade internacional e contribuiu para a construção de uma imagem positiva do País.

Conforme afirma Adam (1997), Moçambique priorizou o fortalecimento de laços com outros países africanos, especialmente na região da África Austral. Isso incluiu a participação em organizações regionais como a Organização da Unidade Africana (OUA) e a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC). Essas iniciativas visavam promover a cooperação econômica e a integração regional.

4.2 A Busca por uma Diplomacia Equilibrada: Sucessos e Fracassos

A busca por uma diplomacia equilibrada, que permitisse Moçambique diversificar os seus parceiros e reduzir a dependência de um único bloco, foi um objectivo constante da política externa moçambicana. No cenário internacional, Moçambique buscou sempre uma postura de equilíbrio e neutralidade nas suas relações diplomáticas. Desde a independência em 1975, o País tem tido sucesso em estabelecer laços com diversas potências mundiais, buscando não se aliar exclusivamente a um único país ou bloco geopolítico.

A adopção da política de não alinhamento por Moçambique visava garantir a sua soberania, evitar a subordinação a qualquer potência estrangeira e promover a cooperação internacional nos termos da igualdade e do respeito mútuo. Essa política externa foi fundamental para a

obtenção de apoio político e económico para a reconstrução nacional e para a luta contra a guerra de desestabilização.

Sucessos da Diplomacia Moçambicana

1. **Reconhecimento Internacional:** Desde a sua independência em 1975, Moçambique conseguiu um reconhecimento significativo na arena internacional. A FRELIMO, como partido no poder, estabeleceu laços com países socialistas, obtendo apoio económico e militar, o que ajudou a consolidar sua posição no início do governo (DARCH, 2018, p. 13).
2. **Apoio a Movimentos de Libertação:** Moçambique tornou-se um centro de apoio para movimentos de libertação em toda a África Austral, como o ANC da África do Sul e a SWAPO da Namíbia. Este apoio não apenas reforçou a imagem de Moçambique como um defensor da autodeterminação, mas também solidificou alianças estratégicas que foram cruciais durante a Guerra Fria (WASSE, 2022, p. 45).
3. **Participação em Organizações Regionais:** A FRELIMO também participou ativamente de organizações como a Organização da Unidade Africana (OUA) e a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), promovendo a cooperação regional e fortalecendo sua posição diplomática (DARCH, 2018, p. 17).

Fracassos da Diplomacia Moçambicana

1. **Conflito Interno e Instabilidade:** A guerra civil, que começou em 1977, minou os esforços diplomáticos de Moçambique. O apoio da África do Sul à RENAMO resultou em uma desestabilização significativa, dificultando a capacidade do governo de manter uma política externa eficaz e equilibrada (WASSE, 2022, p. 50). A instabilidade interna fez com que muitos Países hesitassem em estabelecer relações mais profundas com Moçambique.
2. **Dependência de Apoios Externos:** Apesar do reconhecimento e apoio internacional, a dependência excessiva de Moçambique em relação a ajuda externa, especialmente dos países socialistas, limitou sua autonomia. Essa dependência se tornou um ponto

fraco, especialmente quando a dinâmica da Guerra Fria começou a mudar no final da década de 1980 (DARCH, 2018, p. 19).

3. **Desafios Econômicos:** A política econômica do governo, que se baseava em um modelo socialista, enfrentou sérios desafios, resultando em crises econômicas que afetaram a capacidade do país de sustentar suas iniciativas diplomáticas. A falta de desenvolvimento econômico e a escassez de recursos limitaram a eficácia da diplomacia moçambicana (WASSE, 2022, p. 52).

A busca por uma diplomacia equilibrada em Moçambique entre 1975 e 1990 reflectiu tanto sucessos quanto fracassos. Embora o País tenha conseguido estabelecer um reconhecimento internacional e apoiar movimentos de libertação, a guerra civil, a dependência de apoios externos e os desafios econômicos limitaram sua capacidade de manter uma política externa eficaz e autónoma. A busca por uma diplomacia equilibrada foi um desafio constante, e os fracassos registrados foram resultado de um conjunto de factores internos e externos.

4.3 A Influência dos Blocos Hegemônicos e a Dependência Externa

A Guerra Fria e a luta pela influência em África tornaram Moçambique um campo de batalha entre as grandes potências. A União Soviética e Cuba, por um lado, e os Estados Unidos e a África do Sul, por outro, competiam pela influência sobre o país. Essa competição limitou a autonomia de Moçambique nas suas relações internacionais e condicionou as suas escolhas políticas.

A Guerra Fria, com sua bipolarização entre os Estados Unidos e a União Soviética, projetou uma sombra significativa sobre a recém-independente Moçambique. A disputa por influência na África subsaariana transformou o país num tabuleiro de xadrez geopolítico, onde as grandes potências e seus aliados travavam uma batalha ideológica e estratégica.

União Soviética e Cuba: Ofereceram apoio militar, económico e técnico substancial a Moçambique, justificando-o como um acto de solidariedade com um país em desenvolvimento que enfrentava agressões externas. A ideologia socialista partilhada com a FRELIMO facilitou essa aproximação. (Domingues, 2011, p. 92). No entanto, essa aproximação também significou uma dependência crescente em relação ao bloco socialista.

Apesar do apoio do Leste, o governo moçambicano também buscou manter canais de diálogo com países ocidentais, como a Noruega, Holanda e Suécia, que forneceram assistência econômica e humanitária durante a guerra civil (Mondlane, 1995, p. 78). No entanto, essa postura de não alinhamento foi constantemente desafiada por pressões do bloco ocidental, liderado pelos EUA, que viam Moçambique como um aliado da União Soviética na região.

Por outro lado, os EUA e a África do Sul, alinhados com os interesses ocidentais, buscaram minar a influência soviética em Moçambique. O apoio à RENAMO e as sanções econômicas foram as principais ferramentas utilizadas para desestabilizar o governo moçambicano. A dependência econômica de Moçambique em relação à ajuda externa foi uma consequência direta da guerra de libertação nacional e da subsequente guerra civil. A destruição das infraestruturas, a escassez de recursos e a necessidade de reconstruir o país tornaram Moçambique altamente vulnerável à ajuda internacional.

A experiência moçambicana durante a Guerra Fria demonstra como a dependência econômica e as pressões geopolíticas podem limitar a autonomia de um país em desenvolvimento. A busca por uma política externa equilibrada foi constantemente desafiada pela necessidade de obter recursos para a reconstrução e pelo desejo das grandes potências de expandir sua influência na região.

A dependência econômica de Moçambique em relação à ajuda externa também contribuiu para a perda de autonomia. A necessidade de obter financiamento para a reconstrução nacional e para a implementação de programas de desenvolvimento tornou o País vulnerável às exigências dos doadores.

4.4 A Questão da Soberania e da Independência Nacional

A questão da soberania e da independência nacional em Moçambique, especialmente entre 1975 e 1990, foi fundamental para a construção da identidade do Estado e para a sua política externa. A luta pela independência, liderada pela FRELIMO, culminou na formalização da soberania do país em 25 de Junho de 1975, após anos de resistência ao colonialismo Português (Cabrita, 2000, p. 45). A nova constituição de 1990 reafirmou a soberania do Estado, estabelecendo que a República de Moçambique é um “Estado independente, soberano, unitário, democrático e de justiça social” (GAZETTES AFRICA, 1990, p. 2).

A soberania é um princípio central na política moçambicana, significando que o poder reside no povo e que o Estado é responsável por garantir a integridade territorial e a independência nacional. A Constituição de 1990 enfatiza que “a soberania reside no povo” e que o Estado deve defender a independência e a integridade do país (Portal do Governo de Moçambique, 1990, p. 1). Essa ênfase na soberania foi uma resposta direta às pressões externas e às intervenções de potências estrangeiras, que buscavam influenciar a política interna de Moçambique.

Apesar da conquista da independência, a soberania de Moçambique foi constantemente desafiada por fatores internos e externos. A guerra civil, que começou em 1977, impôs uma grave ameaça à estabilidade do país e à sua capacidade de exercer plenamente a soberania. O apoio da África do Sul à RENAMO, a oposição armada ao governo da FRELIMO, complicou a situação, resultando em um ambiente de insegurança que limitou a autonomia do Estado (METZ, 1986, p. 498).

Além disso, a dependência econômica de Moçambique em relação à ajuda externa também comprometeu sua soberania. A necessidade de financiamento para a reconstrução e para a implementação de programas de desenvolvimento tornou o País vulnerável às exigências dos doadores internacionais. Como afirmado por Nipassa (2022, p. 215), “o governo de Moçambique deve prestar contas, pois, mais aos doadores do que aos próprios moçambicanos”, o que reflecte uma perda de autonomia na formulação de políticas públicas.

A questão da soberania e da independência nacional em Moçambique é complexa e multifacetada. Embora a independência formal tenha sido alcançada em 1975, a realidade política e econômica do País revelou desafios significativos à sua soberania. A guerra civil, as pressões externas e a dependência econômica foram factores que limitaram a capacidade de Moçambique de exercer uma política externa autônoma e de consolidar sua soberania de maneira eficaz.

CAPÍTULO 5: IMPACTOS DA POLÍTICA DE NÃO ALINHAMENTO

5.1. Impactos na economia moçambicana

A política de não alinhamento adoptada por Moçambique após a independência teve um impacto significativo na economia do País, resultando em um legado complexo que inclui tanto aspectos positivos quanto negativos. A seguir, são apresentados os principais pontos positivos e negativos dessa política.

Aspectos Positivos

1. **Atração de Investimentos Estrangeiros:** A política de não alinhamento permitiu a Moçambique diversificar seus parceiros comerciais, atraindo investimentos de países socialistas e em desenvolvimento. Isso resultou em um impulso significativo em sectores como a indústria, agricultura e infraestrutura, contribuindo para a modernização da economia (WACHE, 2016, p. 15).
2. **Transferência de Tecnologia:** A cooperação com nações como a União Soviética e Cuba facilitou a transferência de tecnologia e know-how, acelerando o desenvolvimento em várias áreas. Projectos de investimento geraram novos empregos, reduzindo as taxas de desemprego e pobreza, além de promover a construção de infraestruturas essenciais, como estradas e pontes (HANLON, 1997, p. 22).
3. **Formação de Recursos Humanos:** A cooperação técnica foi fundamental para a criação de universidades e institutos de formação profissional, capacitando quadros técnicos que assumiram posições de liderança na administração pública e nas empresas. Essa formação foi crucial para o desenvolvimento de capacidades locais (MOREIRA & CRESPO, 2016, p. 30).
4. **Mobilização de Recursos para Infraestrutura:** O planeamento centralizado possibilitou a mobilização de recursos para grandes projectos de infraestrutura, como barragens e expansão da rede rodoviária, visando uma distribuição mais justa da riqueza e a redução das desigualdades sociais (PATRIOTA et al., 2017, p. 45).

Aspectos Negativos

1. **Vulnerabilidade Económica:** A concentração de investimentos em poucos países aumentou a vulnerabilidade da economia moçambicana a choques externos e a mudanças nas políticas económicas de seus parceiros. A instabilidade política e a guerra civil criaram um ambiente de incerteza que desestimulou novos investimentos (JAFAR, 2014, p. 50).
2. **Ineficácia de Projectos:** A falta de planeamento adequado e a corrupção em alguns projetos resultaram em uma utilização ineficiente dos recursos, levando a resultados abaixo do esperado. A dependência excessiva de assistências técnicas externas também limitou o impacto positivo dessa cooperação (HANLON, 1997, p. 18).
3. **Cultura de Dependência:** A dependência de assistências técnicas externas dificultou o desenvolvimento de capacidades nacionais de pesquisa e inovação, criando uma cultura de dependência que limitou a eficácia das tecnologias transferidas (WALLERSTEIN, 2000, p. 65).
4. **Ineficácia do Planeamento Centralizado:** O modelo de planeamento centralizado, embora tenha mobilizado recursos, resultou em ineficiências económicas devido à burocracia e à falta de incentivos. Isso dificultou a adaptação da economia às mudanças do mercado e desestimulou a iniciativa privada e a inovação (CHISSANO, 2005, p. 72).

Em resumo, a política de não alinhamento teve um impacto profundo na economia moçambicana, contribuindo para o desenvolvimento de diversos sectores e a formação de recursos humanos qualificados, mas também gerando desafios significativos que dificultaram o crescimento económico e a redução da pobreza.

5.3. Impactos na geopolítica regional

A política externa de Moçambique, ancorada nos princípios do não-alinhamento, transcendeu as fronteiras nacionais, exercendo uma influência significativa na geopolítica da região da África Austral. O País se tornou um actor-chave, tanto por sua actuação em apoio aos movimentos de libertação nacional quanto por sua posição estratégica na região.

Segundo Chilundo (2022, p. 5), um dos legados mais marcantes da política externa moçambicana foi o apoio irrestrito aos movimentos de libertação nacional na África Austral.

Ao fornecer bases de treinamento, refúgio e apoio logístico a grupos como a SWAPO na Namíbia e o ANC na África do Sul, Moçambique se tornou um farol de esperança para aqueles que lutavam contra o apartheid e o colonialismo. Esse apoio foi crucial para a desestabilização dos regimes coloniais e racistas da região, acelerando o processo de descolonização da África Austral. A solidariedade demonstrada por Moçambique fortaleceu os laços de cooperação entre os países africanos e contribuiu para a construção de uma identidade africana comum (Adam, 1997, p. 4). Ao se posicionar como um defensor das causas justas na África, Moçambique ganhou reconhecimento internacional e aumentou sua influência na região.

O apoio de Moçambique aos movimentos de libertação nacional provocou a ira do regime do apartheid na África do Sul. A consequência direta dessa política foi a intensificação do conflito armado entre os dois países, manifestando-se através de:

- **Ações militares:** A África do Sul realizou diversas incursões em território moçambicano, atacando alvos militares e civis, com o objectivo de desestabilizar o governo e enfraquecer o apoio aos movimentos de libertação nacional (HUMAN RIGHTS WATCH, 1994, p. 8).
- **Apoio a grupos armados:** A África do Sul financiou e treinou grupos armados opostos ao governo moçambicano, como a RENAMO, intensificando a guerra civil (CRUZ e SILVA, 2022, p. 3).
- **Sanções econômicas:** A África do Sul e outros Países ocidentais impuseram sanções econômicas a Moçambique, visando isolar o País internacionalmente e pressioná-lo a abandonar seu apoio aos movimentos de libertação nacional (WACHE, 2016, p. 15)

A posição de Moçambique na geopolítica regional foi profundamente transformada pela política de não alinhamento e pelo apoio aos movimentos de libertação nacional. O País se tornou um dos principais actores da região, influenciando as dinâmicas políticas e sociais de Países vizinhos. Moçambique desempenhou um papel fundamental na desestabilização dos regimes coloniais e racistas da África Austral, contribuindo para a construção de uma nova ordem regional. A experiência moçambicana inspirou outros países africanos a lutarem pela sua libertação e a adoptarem políticas de não alinhamento (Chilundo, 2022, p. 6). O País se

tornou um ponto de referência para a cooperação regional, participando activamente em organizações como a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) (ADAM, 1997, p. 5).

5.4. Legados da Política de Não Alinhamento para a Política Externa Contemporânea

A política de não alinhamento adoptada por Moçambique após a independência tem deixado um legado significativo e multifacetado para a política externa contemporânea do País. Este legado é evidente em várias dimensões, que incluem a diversificação das parcerias internacionais, a promoção da cooperação Sul-Sul, e a defesa da autodeterminação dos povos.

Um dos legados mais importantes da política de não alinhamento é a diversificação das parcerias internacionais de Moçambique. Ao estabelecer relações com Países de diferentes blocos, o País adquiriu maior flexibilidade nas negociações e acesso a diferentes fontes de financiamento e tecnologia (Chichango, 2009, p. 12). A cooperação Sul-Sul, fortalecida durante esse período, continua a ser valorizada na política externa actual, como demonstrado pelos diversos projectos em andamento com Países em desenvolvimento (ABC, 2024).

A experiência histórica de Moçambique com as grandes potências gerou uma certa cautela nas relações internacionais, buscando evitar a subordinação a qualquer potência estrangeira. A participação activa em organizações internacionais como as Nações Unidas e a União Africana demonstra o compromisso de Moçambique com o multilateralismo e a resolução pacífica dos conflitos (AIM, 2024). O apoio aos movimentos de libertação nacional deixou um legado de defesa da autodeterminação dos povos, que continua a orientar a política externa moçambicana.

Embora a política de não alinhamento tenha sido concebida em um contexto histórico específico, ela continua a ser relevante para a política externa contemporânea de Moçambique. Em um mundo cada vez mais interdependente e multipolar, a diversificação das parcerias e a flexibilidade nas relações internacionais são essenciais para garantir a segurança e o desenvolvimento do País (Mendelski, 2022, p. 32). A ascensão de novas potências económicas e a multipolaridade do sistema internacional oferecem novas oportunidades para Moçambique, que pode aproveitar essa dinâmica para fortalecer sua posição no cenário internacional.

Os desafios globais, como as mudanças climáticas, as pandemias e a desigualdade, exigem uma cooperação internacional cada vez mais estreita. A experiência de Moçambique na cooperação Sul-Sul pode ser um activo importante nesse contexto (Ilo, 2024). No entanto, a política de não alinhamento precisa ser adaptada aos novos desafios e oportunidades do século XXI, para garantir a segurança e o desenvolvimento do País. A preservação da soberania nacional, evitando a subordinação a interesses estrangeiros, continua a ser um objectivo fundamental da política externa moçambicana.

A política de não alinhamento deixou um legado duradouro para a política externa de Moçambique. Ao diversificar as parcerias, fortalecer a cooperação Sul-Sul e defender a autodeterminação dos povos, Moçambique construiu uma política externa autônoma e relevante no contexto internacional. No entanto, a adaptação dessa política aos novos desafios e oportunidades do século XXI é essencial para garantir a segurança e o desenvolvimento do País.

CAPÍTULO 6: CONCLUSÃO

Através da análise da política externa de Moçambique no período de 1975-1990, foi possível compreender as complexidades enfrentadas por Moçambique ao adoptar uma postura de não alinhamento. Que constitui um capítulo fundamental na história das relações internacionais do País. Ao analisar as nuances dessa política e seus impactos, este estudo busca contribuir para uma compreensão mais profunda dos desafios e oportunidades enfrentados por nações em desenvolvimento no contexto da Guerra Fria e da descolonização. A pesquisa demonstra que a política de não-alinhamento foi um instrumento estratégico para a construção da identidade nacional moçambicana e para a defesa de seus interesses no cenário internacional. Ao adoptar essa postura, Moçambique buscou garantir sua autonomia, evitar a subordinação a qualquer bloco de poder e promover a cooperação internacional. No entanto, a implementação dessa política enfrentou diversos desafios, como a guerra civil, as pressões externas e as contradições internas.

A análise da política externa moçambicana durante o período da Guerra Fria revela que o País buscou equilibrar suas relações com as grandes potências, estabelecendo parcerias com Países de diferentes blocos ideológicos. Essa estratégia permitiu Moçambique obter apoio militar, económico e tecnológico, mas também a tornou vulnerável a pressões externas e a conflitos internos. A política de não-alinhamento moldou a política externa de Moçambique de forma profunda, tanto em termos de suas relações internacionais quanto de sua identidade nacional. Ao mesmo tempo, essa política impôs limites à autonomia do País, uma vez que Moçambique se viu obrigado a fazer concessões para garantir sua sobrevivência e desenvolvimento. A guerra civil, em particular, comprometeram a capacidade de Moçambique manter uma política externa totalmente autónoma.

O legado da política de não-alinhamento é complexo e multifacetado que ainda influencia a política externa contemporânea do País. Esse legado se manifesta em várias dimensões, como a diversificação das parcerias internacionais, a promoção da cooperação Sul-Sul e a defesa da autodeterminação dos povos. Um dos legados mais importantes é a diversificação das parcerias internacionais, que permitiu ao País aumentar sua flexibilidade nas negociações e acessar diferentes fontes de financiamento e tecnologia.

A cooperação Sul-Sul, fortalecida durante o período de não-alinhamento, continua sendo um pilar na política externa actual, reflectindo o compromisso de Moçambique em colaborar com nações que enfrentam desafios semelhantes. A experiência histórica nas relações com grandes potências gerou uma postura cautelosa, evitando a subordinação a qualquer potência estrangeira. A participação activa em organizações internacionais, como as Nações Unidas e a União Africana, demonstra o compromisso de Moçambique com o multilateralismo e a resolução pacífica de conflitos.

Apesar das dificuldades passadas, como a guerra civil e a dependência de ajuda externa, os legados da política de não-alinhamento são evidentes na busca contínua por autonomia e na defesa da autodeterminação dos povos. Em um mundo cada vez mais interdependente e multipolar, as lições aprendidas são mais relevantes do que nunca. A ascensão de novas potências económicas oferece oportunidades para Moçambique fortalecer sua posição internacional. Os desafios globais contemporâneos, como as mudanças climáticas e pandemias, exigem uma cooperação internacional mais estreita. A experiência de Moçambique na cooperação Sul-Sul pode ser um activo valioso nesse contexto. Contudo, é fundamental que a política de não-alinhamento seja adaptada às novas realidades do século XXI para garantir segurança e desenvolvimento.

Esta pesquisa contribui para o campo dos estudos africanos e das relações internacionais ao aprofundar a compreensão da política externa de Moçambique durante um período crucial de sua história. Ao analisar a política de não-alinhamento, a pesquisa destaca a complexidade das escolhas políticas feitas por Países em desenvolvimento em um contexto internacional marcado pela bipolaridade e pela competição entre grandes potências.

Além disso, este estudo oferece percepções valiosas sobre os desafios enfrentados por Países que buscam manter sua autonomia em um mundo globalizado. A experiência moçambicana demonstra que a política de não-alinhamento pode ser uma ferramenta útil para garantir a soberania e promover o desenvolvimento, mas também exige uma constante adaptação às novas realidades geopolíticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Livros:**

ABRAHAMSSON, H.; NILSSON, A. *Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: Padrigu, CEEI-ISRI, 1994.

ADAM, Y. *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajectória de Moçambique pós-colonial (1975-1990)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997.

COELHO, J. P. B. *Política e memória: fontes arquivísticas e história contemporânea de Moçambique*. Anais do IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, 2010.

CRUZ E SILVA, T. M. da C. *Moçambique: um perfil*. CES, 2022.

DOMINGUES, J. M. *Moçambique: das raízes da instabilidade à consolidação da paz. Relações Internacionais*, n. 32, p. 87-104, 2011.

DARCH, C. *Uma História de Sucesso que Correu Mal? O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz numa Perspectiva Histórica*. FES Peace and Security Series, 2018.

HANLON, J. *Mozambique: Who calls the shots?* London: Zed Books, 1997.

HERNANDEZ, L. *África na sala de aula: visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

JAFAR, A. *A política externa de Moçambique: Desafios e oportunidades*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2014.

MENDESKI, B. *Inserção de Moçambique na Geopolítica Energética Regional e Global: Desafios e Perspectivas de Autonomia*. *Ágora*, v. 24, n. 2, p. 20-35, 2022.

METZ, S. *The Mozambican National Resistance and South African Foreign Policy*. *African Affairs*, v. 85, n. 341, p. 491-507, 1986.

MONDLANE, E. *Lutar por Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1995.

MOREIRA, F; CRESPO, J. *Educação e formação em Moçambique: Desafios e perspectivas*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2016.

NIPASSA, O. *Ajuda externa em Moçambique: dependência e as relações elite-doadores*. Revista Astrolabio, n. ° 28, p. 214-238, 2022.

PATRIOTA, J., et al.. *Infraestrutura e desenvolvimento em Moçambique: Uma análise crítica*. Maputo: Ministério das Obras Públicas, 2017.

SILVA T.M.D.C., *Moçambique: um perfil*. (2019).

WACHE M., *Investimentos estrangeiros e desenvolvimento econômico em Moçambique*. Maputo: Editora Universitária (2016).

- **Artigos:**

AGATSUNA, S. *Diferenciando dois tipos de neutralidade*. From Internacional Psicanalisa, 2014.

ALBUQUERQUE, E. *A geoestratégia dos grandes espaços mundiais*. Acta Geográfica, 2014.

CABRITA J.M., *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. Springer (2000).

CAIRO, H. *A geopolítica como ciência do estado, o mundo do geral*. Haushofer, 2013.

CARDOSO, F.J. *Contextos geopolíticos de Moçambique até ao fim da Guerra Fria* (2021). Disponível no Repositório Institucional da Universidade Autónoma de Lisboa.

COSTA, F.Q. *Delimitação conceitual do princípio de objectividade: objectividade, neutralidade e imparcialidade*. 2013

CURADO, P.R.F.N. *Não-Alinhamento e cooperação internacional no contexto da Guerra Fria: o caso egípcio (1955-1967)*. Carta Internacional, 2018.

DIAZ, José A.S.B. *As relações internacionais da construção do Estado em Moçambique: pós-independência, guerra civil e transições políticas*. Revista Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, e1285, 2022.

DUARTE, G. *A evolução do pensamento geopolítico*. Cadernos de Geografia, 2003.

ESPÓSITO, Fábio Adorno. *O movimento dos Países não-alinhados e o sistema internacional em 1961*. XXV Encontro Estadual de História da Anpuh-SP.

HAFFNER, Jacqueline A. ***Relações políticas entre Moçambique e África do Sul (1975-1992): divergências político-ideológicas, agressões militares e desestabilização.*** Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

HOFFER, A. **Rumo a uma definição de neutralidade psicanalítica.** *Journal of the American*, 1985.

KHALID, I.B. CRABB, C. ***O não-alinhamento como credo diplomático & ideológico.*** 1965.

KARDELJ, Edvard. **As raízes históricas do não alinhamento.** Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

LANGA, E.N.B. ***Diplomacia e política externa em Moçambique: o primeiro governo pós-independência – Samora Machel (1975-1986).*** *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v.6, n.11 Jan./Jun., 2021.

LAUREANO, R. ***Geopolítica: origem do conceito e sua evolução.*** {s.l}. 2015.

MACDONALD, S. PASSARO, B. ***O conceito de neutralidade e uma nova abordagem.*** *Journal of Documentation*, v. 75, n. 4, p. 789-805, 2019.

MUKHERJEE, A.D.A. ***Globalização colonial à globalização pós-colonial: não-alinhamento e cooperação sul-sul.*** *Revista Brasileira de Estratégias e Relações Internacionais Austral*, 2012.

MUÑOZ, Luciano da Rosa. ***Autonomia na política externa brasileira: uma história do conceito no pós-guerra.*** *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, e1335, 2023.

MATTHEWS, Z. ***Class, Conflict, and the State in Socialist Tanzania and Mozambique.*** Cambridge University Press. 1982

OLIVEIRA, C. A, et al. ***A invasão da Indonésia no Timor-Leste: uma análise construtivista.*** Alabastro: revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, ano 4, v. 1, n. 7, 2016

REBELO, T.R.R., et al. ***Diplomacia cultural marcas: conceituais.*** *Arte 21*, 2024.

SILVA, L. de Sousa. *Diplomacia científica e histórica das ciências*. Temáticas, Campinas, v. 51, n. 1, p. 45-67, 2023.

SILVA, P. *Fundamentos teóricos e práticos para uma diplomacia da inovação*. Cadernos de Política Exterior, 2018.

WILLIAMS, G. I. *O movimento não-alinhado*. Lisboa: Edições 70, 1987.

- **Dissertações e Ensaios científicos:**

DIAS, V.C. *O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido ajuda internacional ao desenvolvimento? Uma análise contrafactual no período pós-independência*. [Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais e Estudos Europeus]. Évora: 2013.

ESPÓSITO, Fábio Adorno. *“Não comprometidos”: O movimento dos países não-alinhados nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo em 1961*. Dissertação de mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

PRETO, A.F. *O conceito de diplomacia presidencial: o papel da presidência da república na formulação de política externa*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

WASSE, Hercínia C.A. *Diplomacia e política externa em Moçambique: Estudo de caso do governo Joaquim Chissano (1987-2005)*. [Ensaio Científico de Culminação de Estudos], curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

- **Jornais:**

ABC (2024). *Moçambique* - Agência Brasileira de Cooperação.

AIM (2024). *Movimento dos Não-alinhados: Moçambique reitera compromisso de defender princípios de Bandung*.

CHILUNDO, A. *“O nosso não alinhamento foi premiado”*. Evidências, Maputo, 17 Jun., 2022.

- **Documentos oficiais**

FRELIMO. *A política externa de Moçambique*. Maputo: Edições Frelimo, 1977.

MACHEL, S. *Unidade anti-imperialista é a base do não-alinhamento*. 12 coleção “Palavras de Ordem”, edição do partido Frelimo. Maputo: 1979

MACHEL, S. *O Apartheid é o nazismo da nossa época*. 24 Coleção “Palavras de Ordem”, edição do partido Frelimo. Maputo: 1983

Portal do Governo de Moçambique. (1990). *Constituição da República*.

- **Outros Documentos:**

CEBRI (2023). *Os desafios e a resiliência da democracia em Moçambique*.

GAZETTES AFRICA. Boletim da República, 1990.

GERITS F., *Bandung as the Call for a Better Development Project* (2016).

HUMAN RIGHTS WATCH (1994). *Moçambique: A guerra civil e os direitos humanos*.

STOODI (2024). *Conferência de Bandung: o que foi?* Blog do Stoodi.

REISA R.B.DOS; RESENDE T.A.G., Bandung (1955): Ponto de Encontro Global. Esboços (2019).